



BOLETIM OFICIAL

SUMÁRIO

Assembleia Nacional:

Secretaria-Geral.

Ministério da Saúde:

Direcção-Geral dos Recursos Humanos e Administração.

Ministério dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades:

Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão.

Ministério da Justiça:

Direcção-Geral da Administração.

Ministério do Ambiente, Agricultura e Pescas:

Direcção da Administração e Gestão dos Recursos Humanos.

Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica.

Ministério da Educação e Valorização de Recursos Humanos:

Direcção dos Recursos Humanos.

Instituto Pedagógico.

Ministério do Trabalho e Solidariedade:

Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão.

Ministério da Reforma do Estado e da Administração Pública:

Direcção-Geral da Administração Pública.

Ministério das Finanças e Planeamento:

Direcção de Administração.

Município de Santa Catarina do Fogo:

Comissão Instaladora.

Município do Porto Novo:

Câmara Municipal.

Município da Ribeira Grande:

Câmara Municipal.

ASSEMBLEIA NACIONAL

Secretaria-Geral

Despachos de S. Ex^a o Secretário da Mesa, por sub-delegação de S. Ex^a o Primeiro-Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Nacional:

De 10 de Novembro de 2005:

Nilce Ariene de Anunciação Ramos Rodrigues, técnica parlamentar de 2^a classe, referência 13, escalão B, do quadro do pessoal da Assembleia Nacional, candidata classificada em concurso, promovida nos termos do artigo 11º e da alínea b) do nº 2 do artigo 18º da Lei nº 4/VI/2001, de 17 de Dezembro, conjugados com o nº 2 do artigo 21º do Decreto-Lei nº 10/93, de 8 de Março, para técnica parlamentar de 1ª classe, referência 14, escalão B.

Edson Fontes Andrade Medina, técnico parlamentar de 2ª classe, referência 13, escalão B, do quadro do pessoal da Assembleia Nacional, desempenhando em comissão ordinária de serviço as funções de Assessor no Gabinete do Grupo Parlamentar do PAICV, promovido a técnico parlamentar de 1ª classe, referência 14, escalão B, nos termos da alínea b) do artigo 10º do Decreto-Legislativo nº 13/97, de 1 de Junho conjugado com a alínea b) do nº 2 do artigo 18º da Lei nº 4/VI/2001, de 17 de Dezembro.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no código 3.01.04.06 do orçamento privativo da Assembleia Nacional.

Secretaria-Geral da Assembleia Nacional, na Praia, aos 15 de Novembro de 2005. – O Secretário-Geral, *Eutrópio Lima da Cruz*.

—oço— MINISTÉRIO DA SAÚDE

Direcção-Geral dos Recursos Humanos e Administração

Despachos de S. Ex^a o Ministro de Estado e da Saúde:

De 9 de Novembro de 2005:

Aniceto Tavares dos Santos, enfermeiro geral, escalão I, índice 120, do quadro da Direcção-Geral dos Recursos Humanos e Administração do Ministério da Saúde, em serviço na Delegacia de Saúde de Santa Catarina, concedida licença sem vencimento de longa duração, nos termos do artigo 47º do Decreto-Legislativo nº 3/93, de 5 de Abril, com efeitos a partir de 6 de Novembro.

Brandão Nanque, enfermeiro geral, escalão V, índice 100, contratado da Direcção-Geral dos Recursos Humanos e Administração do Ministério da Saúde, rescindido o referido contrato a seu pedido, nos termos da alínea d) do artigo 28º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro, com efeitos a partir de 1 de Novembro de 2005.

Evandro Bernardino das Neves Pires Monteiro, médico geral, escalão IV, índice 100, do quadro da Direcção-Geral dos Recursos Humanos e Administração do Ministério da Saúde, exonerado da referida função a seu pedido, nos termos da alínea d) do artigo 28º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro, com efeitos a partir de 1 de Outubro de 2005.

Direcção-Geral dos Recursos Humanos e Administração do Ministério da Saúde, na Praia, aos 9 de Novembro de 2005. – O Director-Geral, *Mateus Monteiro Silva*.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, COOPERAÇÃO E COMUNIDADES

Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão

Despacho de S. Ex^a o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades:

De 2 de Novembro de 2005:

Daniel António Pereira, Conselheiro de Embaixada, 4º escalão, nomeado para, nos termos dos artigos 37º do Decreto-Lei nº 57/98 de 14 de Dezembro conjugado com os artigos 14º e 15º da Lei nº 102/IV/93 de 31 de Dezembro, em comissão de ordinária de serviço exercer as funções de encarregado de Negócios de Cabo Verde em Lisboa, com efeitos a partir de 15 de Novembro de 2005.

Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades, na Praia, aos 16 de Novembro de 2005. – A Directora-Geral, *Edna Barreto*.

—oço— MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Direcção-Geral da Administração

Despacho de S. Ex^a a ex-Ministra da Justiça e da Administração Interna:

De 2 de Julho de 2001:

Mário Lydgero Correia, delegado do Procurador da Republica de 1ª Classe, do quadro da Magistratura do Ministério Público, nomeado, com a anuência do Conselho Superior do Ministério Público para, em comissão de serviço, exercer as funções de Assessor da Ministra da Justiça e Administração Interna, ao abrigo das disposições conjugadas dos artigos 2º, 3º e 12º, nº 3 do Decreto-Legislativo nº 3/95, de 20 de Junho, 11º e 13º nº 2 do Decreto-Lei nº 87/92, de 16 de Julho, nºs 1 e 3, alínea g) do artigo 69º, do Estatuto dos Magistrados do Ministério Público, aprovado pela Lei nº 136/IV/95, de 3 de Julho, com as alterações introduzidas pela Lei nº 65/V/98, de 17 de Agosto, com efeitos imediatos.

As despesas têm cabimento na verba inscrita no Capítulo 1º, Divisão 3ª Cl. Ec. 3.01.01.01, do Orçamento do Ministério da Justiça.

Despacho de S. Ex^a a Ministra da Justiça:

De 24 de Setembro de 2005:

Daniel Lopes Pereira de Barros, técnico superior, referência 13, escalão A, do quadro do Gabinete de Estudos e Legislação do Ministério da Justiça, progredido e promovido para a categoria de técnico superior, referência 15, escalão E, nos termos dos nºs 1 e 2, do artigo 25º da Lei nº 84/IV/93, de 12 de Julho, e nº 6, do artigo 8º, da Lei nº 135/IV/95, com efeitos a partir de 17 de Maio de 2004.

Os encargos serão suportados pela verba inscrita na Divisão 10, Cl. Ec. 03.01.01.02 – Pessoal do quadro, do Ministério da Justiça, GELD.

Direcção-Geral da Administração do Ministério da Justiça, na Praia, aos 24 de Novembro de 2005. – O Director-Geral/p.s., *José Cardoso*.

MINISTÉRIO DO AMBIENTE AGRICULTURA E PISCAS

Direcção da Administração e Gestão dos Recursos Humanos

Despachos do Director da Administração e Gestão de Recursos Humanos do Ministério do Ambiente, Agricultura e Piscas:

De 10 de Novembro de 2005:

Viriato Gomes, técnico-adjunto, referência 11, escalão B, do quadro definitivo do Ministério do Ambiente, Agricultura e Piscas, prestando serviço na Delegação de Fogo, concedida, nos termos do artigo 45º do Decreto-Legislativo 3/93 de 5 de Abril, 60 (sessenta) dias de licença sem vencimento, com efeitos a partir de 10 de Novembro de 2005.

De 10 de Outubro:

Arlindo Fernandes Medina, condutor auto, referência 4 escalão A, contratado a termo do Ministério do Ambiente, Agricultura e Piscas, prestando serviço na Delegação de São Vicente, concedida nos termos do nº 1 do artigo 109º do Decreto-Lei nº 62/87 de 30 de Junho, licença sem vencimento por 60 (sessenta) dias, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2006.

Direcção da Administração do Ministério do Ambiente, Agricultura e Pesca, na Praia, aos 23 de Novembro de 2005. – O Director da Administração, *Manuel António Torres Lopes*.

Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica

Despacho do Director do Hospital «Dr. Agostinho Neto» por delegação de S. Exª o Ministro de Estado e da Saúde:

De 3 de Dezembro de 2004:

Magda Helena de Freitas Silva Évora, observador principal, referência 11, escalão B, do quadro do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica –homologado o parecer da Junta de Saúde de Sotavento, emitido em sessão de 3 de Dezembro de 2004, que é do seguinte teor:

«Que as faltas dadas ao Serviço de 1 de Junho a 8 de Setembro de 2004, devem ser justificadas.»

Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica, aos 28 de Setembro de 2005 – Chefe Departamento, *Joanina Lima Gomes*.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E VALORIZAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

Direcção de Recursos Humanos

RECTIFICAÇÃO

Por erro de administração, foi publicado de forma inexacta no *Boletim Oficial* nº 34/2005, II Série, de 31 de Agosto, o despacho referente a atribuição do subsídio de carga horária de 20%, com efeitos a partir do ano lectivo 2004, da professora de ensino básico de primeira, Maria de Lourdes Almada Correia, referência 7, escalão A, em exercício de funções na Delegação do Ministério da

Educação e Valorização de Recursos Humanos, do Concelho de Santa Catarina, pelo que, de novo, se publica a parte que interessa:

Onde se lê:

...Maria de Lourdes Almada Correia, referência 4, escalão A

Deve ler-se:

...Maria de Lourdes Almada Correia, referência 7, escalão A...

Direcção de Recursos Humanos do Ministério da Educação e Valorização dos Recursos Humanos, aos 14 de Novembro de 2005.
– O Director, *Ulisses Monteiro*.

—oço—

Instituto Pedagógico

Despacho de S. Exª o Secretário-Geral do Ministério da Educação e Valorização dos Recursos Humanos:

De 28 de Agosto de 2005:

São nomeados professores orientadores de prática pedagógico e reflexão educativa I e II, na Escola de Formação de Professores do Ensino Básico da Praia, Mindelo e Assomada ao abrigo do artigo 9º do Decreto-Lei nº 42/96 de 18 de Novembro, em conjugação com o artigo 5º da Portaria 11/97 de 24 de Março os professores abaixo designados:

Escola da Praia:

- Ângela Cristina Pires P. Gonçalves
- Alcinda Tavares Gomes Sanches
- Ana Margarida Semedo Tavares
- Ana Paula Barros Semedo
- Analina do Rosário de Pina Querido
- Caetana Lopes dos Santos
- Carmem Eduarda Oliveira Teixeira
- Graciete Borges Silva
- Gregória Lopes Fernandes Ribeiro
- Heldigarda Santos de Brito
- Helena Maria Ramos Lisboa
- Júlia Varela Tavares
- Luísa Helena Freire Tavares
- Maria Assunção Borges Semedo
- Maria Assunção Monteiro Semedo
- Maria de Lourdes Pereira Varela
- Maria Isabel Garcia Andrade
- Maria Rosário Martins Miranda
- Nilza Duarte Brito Almeida
- Verónica Correia Cardoso

Escola do Mindelo:

- Aida Antónia R. Tavares
- Ivete Costa Pereira

- Maria Osvaldina Rocha da Cruz
- Lucrécia Maria Ramos Lima
- Iolanda Nogueira Antunes Pinto
- Maria de Fátima Monteiro
- Helena Spencer Brito
- Maria da Conceição Neves Lopes
- Lúcia Lopes Silva Alves
- Luísa Margarida Pereira A. Duarte
- Marcelina Alexandre Duarte Carlos
- Carmem Medina Pereira Lizardo
- Rosa Monteiro dos Santos Dongo

Escola de Assomada:

- Aureliana Maria Miranda
- Filomena Ascensão Tavares Martins
- Maria Arcângela da Veiga Livramento
- Maria Bernardeth Livramento Monteiro
- Vanda Varela Semedo
- Ana Maria M. Teixeira Afonso
- Maria dos Anjos Galina Fernandes
- Maria Helena Cabral Almada

Os encargos resultantes das despesas têm cabimento na verba inscrita na rubrica 3.01.01.05 - Subsídio Permanentes do Orçamento de funcionamento do Instituto Pedagógico.

Instituto Pedagógico, Praia, aos 15 de Novembro de 2005. - A Presidente, *Antonieta Lopes*.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E SOLIDARIEDADE

Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão

Despacho de S. Ex^a o Ministro do Trabalho e Solidariedade:

De 12 de Julho de 2005:

Jonatas Virgílio Pereira Barbosa Lopes, licenciado em Administração Pública, nomeado nos termos dos n.ºs 1 e 3 do artigo 3º do Decreto Legislativo n.º 3/95 de 20 de Junho, conjugados com a alínea b), artigo 14º da Lei 102/IV/93 de 31 de Dezembro, para desempenhar em comissão de serviço, as funções de Assessor do Ministro do Trabalho e Solidariedade, com efeitos a partir de 1 de Agosto de 2005.

A despesa tem cabimento na verba inscrita na divisão 1º, Cl. Ec. 03.01.01.01. do Orçamento do Ministério do Trabalho e da Solidariedade. - (Isento de visto do Tribunal de contas, nos termos do n.º 3 do Decreto Legislativo n.º 3/95 de 20 de Junho).

Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão do Ministério do Trabalho e Solidariedade, Praia, 6 de Setembro de 2005. - O Director-Geral, *Silvino Amador*.

MINISTÉRIO DA REFORMA DO ESTADO E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Direcção-Geral da Administração Pública

Despacho da Directora-Geral da Administração Pública, por delegação de S. Ex^a o Ministro da Reforma do Estado e da Administração Pública:

De 29 de Setembro de 2005:

Juvenal Rodrigues Sanches, ex-agente de primeira classe da Guarda Fiscal -desligado de serviço para efeitos de aposentação, nos termos do artigo 5º n.º 2 alínea c) do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei n.º 61/III/89, de 30 de Dezembro, com direito a pensão anual de 308.727\$50 (trezentos e oito mil, setecentos e vinte e sete escudos e cinquenta centavos), sujeita a rectificação, calculada de conformidade com o artigo 37º, do mesmo diploma, correspondente a 27 anos e 1 mês de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais, com a dedução de 3 anos nos termos do artigo 17º n.º 6 do Estatuto dos Agentes da Administração Pública.

A referida pensão tem efeitos retroactivos a 23 de Outubro de 1997.

Fica sem efeito a desligação de serviço, publicado no *Boletim Oficial* II Série n.º 45/2003 de 3 de Dezembro.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no Cap. 1º, Div. 15º, Cód. 35030101, do orçamento vigente.

Despacho do S. Ex^a o Director substituto da Contabilidade Pública, por sub-delegação da S. Ex^a o Ministro das Finanças e Planeamento:

De 3 de Dezembro de 2004:

Vitoria Pereira Almeida, na qualidade de tia e representante de Vânia Sofia Ramos Pinto Pereira, filha menor de Paulino Pereira, que foi jornalista de CABOPRESS, aposentado, falecido em 18 de Fevereiro de 2003, fixada ao abrigo do disposto nos artigos 64º, 65º e 72º do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela lei n.º 61/III/89, a pensão de sobrevivência anual de 274.044\$00, (duzentos e setenta e quatro mil, quarenta e quatro escudos) com efeito a partir de 18 de Fevereiro de 2003.

Beneficiou do Decreto-Lei n.º 1/2004, de 2 de Fevereiro.

A esta pensão deverão ser descontadas as quantias de 31.668\$00 e 5.278\$00, para compensação de aposentação e sobrevivência, amortizáveis em 120 e 50 prestações mensais, sendo as primeiras de 263\$90 e 108\$50 e as restantes de 263\$90 e 105\$50, respectivamente.

Despacho do Director de serviço do processamento e Execução Orçamental, por Subdelegação da S. Ex^a o Ministro das Finanças e Planeamento:

De 25 de Outubro de 2005:

Emília Nicolau Santos dos Santos, na qualidade de viúva de Carlos António Santos, que foi ajudante dos serviços gerais, referencia 1 escalão B, do quadro privativo do Hospital "Dr. Baptista de Sousa", falecido em 31 de Janeiro de 2005, fixada ao abrigo do disposto nos artigos 64º, 65º e 72º do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela lei n.º 61/III/89, a pensão de sobrevivência anual de 68.076\$00, (sessenta e oito mil, setenta e seis escudos) com efeito a partir de 31 de Janeiro de 2005.

(Visados pelo Tribunal de Contas em 9 de Novembro de 2005).

A despesa tem cabimento na verba da Org. 10.12, Div. 14º Enc. Comuns, e Código 30.5.03.01.02 do Orçamento vigente do Ministério das Finanças e Planeamento.

Direcção-Geral da Administração Pública, na Praia, aos 11 de Novembro de 2005. - A Directora-Geral, *Edna Daniel Veiga Tavares Moreira*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS, PLANEAMENTO

Direcção da Administração

Despachos de S. Ex.^a o Ministro das Finanças, e Planeamento:

De 31 de Agosto de 2005:

Águeda Margarida Mendes Garcia, Escriturária Dactilógrafo referência 2, escalão B, do quadro da Direcção de Administração do Ministério das Finanças e Planeamento, transferida a seu pedido para o quadro do pessoal da Direcção Geral das Alfândegas, na mesma categoria e situação, nos termos dos artigos 3º, 4º e 5º do Decreto-Lei nº 87/92 de 16 de Julho.

É autorizada, nos termos dos artigos 7º, 8º, 9º e 10º do Decreto-Lei nº 87/92 de 16 de Julho, a permuta de Graciano Fernandes dos Reis, Secretário de Finanças referência 8, escalão D, da Direcção-Geral das Contribuições e Impostos, em funções na Repartição de Finanças da Ribeira Grande, para a Repartição das Finanças de São Vicente.

É autorizada, nos termos dos artigos 7º, 8º, 9º e 10º do Decreto-Lei nº 87/92 de 16 de Julho, a permuta de Alexandrino Santos Fortes, secretário de finanças referência 8, escalão D, da Direcção-Geral das Contribuições e Impostos, em funções na Repartição de Finanças de São Vicente, para a Repartição da Ribeira Grande.

De 11 de Setembro:

Pedro Jorge de Carvalho Alves, Agente de 2ª Classe da Guarda Fiscal, transferido, por conveniência de serviço, do Destacamento de Sal Rei, para o Comando da Secção Fiscal da Praia, ao abrigo do nº 1 do artigo 4º do Decreto-Lei n.º 87/92, de 16 de Julho.

António Carlos Fernandes Ribeiro, 2ª Subchefe da Guarda Fiscal, transferido, por conveniência de serviço, do Comando da Secção Fiscal da Praia, para o Comando da Secção Fiscal de Espargos, ao abrigo do nº 1 do artigo 4º do Decreto-Lei nº 87/92, de 16 de Julho.

Elvis Mendes Fernandes, Agente de 2ª Classe da Guarda Fiscal, transferido, por conveniência de serviço, do Comando da Secção Fiscal da Praia, para o Destacamento de Porto Inglês na Ilha do Maio, ao abrigo do nº 1 do artigo 4º do Decreto-Lei n.º 87/92, de 16 de Julho.

Carlos Alberto Rocha Costa, 2ª Subchefe da Guarda Fiscal, transferido, por conveniência de serviço, do Destacamento do Porto Novo, para o Comando da Secção Fiscal do Mindelo, ao abrigo do nº 1 do artigo 4º do Decreto-Lei nº 87/92, de 16 de Julho.

Ao abrigo do disposto no número 1 do artigo 7º do Decreto-Lei nº 13/97 de 1 de Julho;

É nomeada, Cremilda Lopes Carvalho, licenciada em Economia, para, em regime de substituição, exercer o cargo de Directora-Geral do Património do Estado, do Ministério das Finanças e Planeamento.

RECTIFICAÇÃO

Por ter sido publicado de forma inexacta, no *Boletim Oficial* nº 42/05, II Série, de 2 de Novembro, o despacho de S. Ex.^a o Ministro

das Finanças e Planeamento referente a nomeação de Fernando Rocha Jardim e António Soares Pinto, rectifica-se na parte que interessa.

Onde se lê:

Fernando Rocha Jardim, Inspector Aduaneiro, referência 14, escalão A, Circunscrição Aduaneira dos Espargos.

Deve-se ler:

Fernando Rocha Jardim, Inspector Aduaneiro, referência 14, escalão A, nomeado para exercer o cargo de Director da Circunscrição Aduaneira dos Espargos e da Alfândega dos Espargos.

Onde se lê:

António Soares Pinto, Reverificador Aduaneiro, referência 11, escalão O do quadro da Direcção-Geral das Alfândegas.

Deve-se ler:

António Soares Pinto, reverificador aduaneiro, referência 11, escalão D, do quadro do pessoal da Direcção-Geral das Alfândegas.

Direcção de Administração do Ministério das Finanças e Planeamento, na Praia, aos 23 de Novembro de 2005. – A Directora da Administração, *Albertina Rocha Costa*.

—o—

MUNICÍPIO DE SANTA CATARINA DO FOGO

Comissão Instaladora

EXTRACTOS DE CONTRATOS A TERMO

de 26 de Setembro de 2005

Erasmus de Oliveira Fonseca e Catarina Fernandes Nunes, candidatos classificados em concurso, contratados a termo, para, exercerem as funções de Assistente Administrativo, referência 6, escalão A, ao abrigo dos dispostos no artigo 20º, da Lei nº 66/VI/2005, de 9 de Maio, conjugado com o artigo 24º, da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro, com efeitos da data da publicação.

Francisco Marco Gonçalves Lopes, Nelson Teixeira Andrade, candidatos classificados em concurso, contratados a termo, para, exercerem as funções de Fiscal, referência 5, escalão A, ao abrigo dos dispostos no artigo 20º, da Lei nº 66/VI/2005, de 9 de Maio, conjugado com o artigo 24º, da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro, com efeitos a partir da data da publicação.

Sanjoana Lopes Monteiro, candidata classificada em concurso, contratada a termo, para exercer as funções de telefonista, referência 2, escalão A, ao abrigo do disposto no artigo 20º da Lei nº 66/VI/2005, de 9 de Maio, conjugado com o artigo 24º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro, com efeitos a partir da data da publicação.

As despesas têm cabimento no capítulo 3º, Artigo 1º, nº 2, do Orçamento Privativo da Comissão Instaladora. – (Visados pelo Tribunal de Contas 26 de Outubro de 2005).

Comissão Instaladora do Município de Santa Catarina do Fogo, na Vila de Cova Figueira, aos 3 de Novembro de 2005. – O Presidente, *João Aqueleu Jenner Barbosa Amado*.

MUNICÍPIO DO PORTO NOVO

Câmara Municipal

DELIBERAÇÃO

de 22 de Julho de 2005

Elísio Almeida Santos, técnico-adjunto, referência 11, escalão H, do Quadro Privativo da Câmara Municipal do Porto Novo, nomeado, para em comissão ordinária de serviço, exercer o cargo de Director Delegado do Serviço Autónomo de Água e Saneamento, com efeito a partir de 1 de Agosto de 2005-.

José João da Graça Silva, técnico profissional de 1º nível, referência 8, escalão C, do quadro privativo da Câmara Municipal do Porto Novo, nomeado, para em comissão ordinária de serviço, exercer o cargo de chefe do Departamento Administrativo e Comercial do serviço Autónomo de Água e Saneamento, com efeito a partir de 1 de Agosto de 2005-.

Despachos de S. Exª o Presidente da Câmara Municipal do Porto Novo:

De 29 de Julho:

Maria do Rosário Silva Lopes, técnico profissional 1º nível, referência 8, escalão C, exercendo em comissão de serviço o cargo de Secretária do Presidente da Câmara Municipal do Porto Novo, nível I dada por finda a sua comissão de serviço, com efeito a partir de 31 de Julho de 2005.

Maria do Rosário Silva Lopes, técnico profissional 1º nível, referência 8, escalão C, do quadro de pessoal do Município do Porto Novo, nomeada nos termos do artigo 40º, nº 2 do Decreto-Lei 86/92 de 16 de Julho, conjugado com o artigo 14º alínea b) da Lei 102/IV/93, de 31 de Dezembro e artigo nº 16 da Estrutura Organizacional do Município do Porto Novo, para exercer em comissão ordinária de serviço, o cargo de Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, nível II, com efeito a partir de 1 de Agosto de 2005.

De 1 de Agosto de 2005:

Crisanta Hilária Silva Lima, telefonista/recepcionista, referência 2, escalão C, do quadro de pessoal do Município do Porto Novo, concedida, licença sem vencimento de longa duração, a partir de 1 de Agosto de 2005, nos termos do nº 1 dos artigos 47º e 48º respectivamente, do Decreto-Legislativo nº 3/93 de 5 de Abril conjugado com a alínea d) do nº 1 do artigo 98º da Lei 134/IV/95 de 3 de Julho.

Câmara Municipal do Porto Novo, 29 de Julho de 2005. – O Presidente, *Amadeu João da Cruz*.

—oço—

MUNICÍPIO DA RIBEIRA GRANDE

Câmara Municipal

Despacho de S. Exª o Presidente da Câmara Municipal da Ribeira Grande:

De 12 de Julho de 2004:

Arsénio Cassiano Gomes, vereador da Câmara Municipal da Ribeira Grande, nomeado para em comissão ordinária de serviço exercer o cargo de vereador profissional a tempo inteiro, responsável pelo Pelouro de Administração Finanças e Património, ao abrigo do artigo 88º da Lei nº 134/IV/95, de 3 de Julho e do artigo 2º nº 2 do Decreto-Lei nº 14/91 de 30 de Dezembro.

Jorge Humberto Pires, vereador da Câmara Municipal da Ribeira Grande, nomeado para em comissão ordinária de serviço exercer o cargo de Vereador Profissional a tempo inteiro, responsável pelo Pelouro de Juventude e Promoção do Desenvolvimento, ao abrigo do artigo 88º da Lei nº 134/IV/95, de 3 de Julho e do artigo 2º nº 2 do Decreto-Lei nº 14/91 de 30 de Dezembro.

As despesas resultantes têm cabimento na dotação inscrita no capítulo 2º artigo 5º nº 1 do Orçamento Municipal vigente. – (Isento de Visto do Tribunal de Contas).

Câmara Municipal da Ribeira Grande, aos 12 de Julho de 2004. – O Presidente, *Orlando Rocha Delegado*.



BOLETIM OFICIAL

Registo legal, nº 2/2001, de 21 de Dezembro de 2001

AVISO

Por ordem superior e para constar, comunica-se que não serão aceites quaisquer originais destinados ao Boletim Oficial desde que não tragam aposta a competente ordem de publicação, assinada e autenticada com selo branco.

Sendo possível, a Administração da Imprensa Nacional agradece o envio dos originais sob a forma de suporte electrónico (Disquete, CD, Zip, ou email).

Os prazos de reclamação de faltas do Boletim Oficial para o Concelho da Praia, demais concelhos e estrangeiro são, respectivamente, 10, 30 e 60 dias contados da sua publicação.

Toda a correspondência quer oficial, quer relativa a anúncios e à assinatura do Boletim Oficial deve ser enviada à Administração da Imprensa Nacional.

A inserção nos Boletins Oficiais depende da ordem de publicação neles aposta, competentemente assinada e autenticada com o selo branco, ou, na falta deste, com o carimbo a óleo dos serviços donde provenham.

Não serão publicados anúncios que não venham acompanhados da importância precisa para garantir o seu custo.



Av. Amílcar Cabral/Calçada Diogo Gomes, cidade da Praia, República Cabo Verde.

C.P. 113 • Tel. (238) 612145, 4150 • Fax 61 42 09

Email: incv@cvtelcom.cv

ASSINATURAS

Para o país:

	Ano	Semestre
I Série	5 000\$00	3 700\$00
II Série	3 500\$00	2 200\$00
III Série	3 000\$00	2 000\$00
AVULSO por cada página	10\$00	

Os períodos de assinaturas contam-se por anos civis e seus semestres. Os números publicados antes de ser tomada a assinatura, são considerados venda avulsa.

AVULSO por cada página 10\$00

Para países de expressão portuguesa:

	Ano	Semestre
I Série	6 700\$00	5 200\$00
II Série	4 800\$00	3 800\$00
III Série	4 000\$00	3 000\$00

Para outros países:

I Série	7 200\$00	6 200\$00
II Série	5 800\$00	4 800\$00
III Série	5 000\$00	4 000\$00

PREÇO DOS AVISOS E ANÚNCIOS

1 Página	5 000\$00
1/2 Página	2 500\$00
1/4 Página	1 000\$00

Quando o anúncio for exclusivamente de tabelas intercaladas no texto, será o respectivo espaço acrescentado de 50%.

PREÇO DESTE NÚMERO — 60\$00